



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Escrita

A Lei sobre as restrições ao fornecimento de sacos de plástico entrou recentemente em vigor, e a sua implementação contou com muito trabalho de sensibilização e educação por parte do Governo, como sessões de esclarecimento junto dos serviços públicos, trabalhadores dos sectores envolvidos e associações.

É verdade que o Governo afirmou que o essencial da lei não era a cobrança de preço nem as multas, antes sim reduzir o excesso de sacos de plástico através duma medida económica, porém, algumas opiniões da sociedade defendem que os resultados não são satisfatórios. De acordo com alguns residentes, a lei visa reduzir o uso de sacos de plástico e incentivar os residentes a usarem os seus próprios sacos, mas os excessos na embalagem dos produtos alimentares não estão a ser contemplados. O Governo deve então alargar o âmbito de aplicação da lei, e dialogar com o sector, no sentido de reduzir os referidos excessos, promovendo ainda mais a protecção ambiental. Por outro lado, na opinião de alguns residentes, como o dinheiro resultante da cobrança pelos sacos de plástico se destina às lojas, é difícil alcançar a intenção original do Governo, isto é, investir na protecção ambiental e alcançar fins de interesse social. De acordo com os residentes, algumas lojas, sob o pretexto da cobrança, pedem 3 patacas por um saco de plástico, e alguns estabelecimentos de *take away* põem mais sacos do que necessário, obrigando os clientes a pagar mais. Os residentes esperam que o Governo reforce a inspecção, para evitar que a aplicação da lei se afaste da

1/2



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

intenção original e que se transforme numa forma lucrativa das lojas.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo afirmou que ia conversar com os sectores envolvidos e lançar prémios para reduzir os excessos de embalagem. Quais foram os resultados? Como é que o Governo vai promover este trabalho junto dos sectores?
2. O Governo dispõe de mais de 50 inspectores para fiscalizar a aplicação da lei. Então, foram identificadas irregularidades? Quantas denúncias foram feitas? Face aos problemas denunciados pelos residentes, o Governo vai reforçar a inspecção dos estabelecimentos de *take away*?

**O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Si Ka Lon**

23 de Janeiro de 2020